

Brasília, 29 de janeiro de 2026

Seleção

Sumário

Estado de Minas - Online

Quinta-feira, 29 de janeiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Essa só o Bahia pode usar	3
--	----------

Jota Info

Quinta-feira, 29 de janeiro de 2026 | Propriedade Intelectual

O acordo Mercosul-UE e os efeitos sobre o 'parmesão' brasileiro	5
--	----------

MSN Notícias

Quarta-feira, 28 de janeiro de 2026 | Direitos Autorais

Spotify distribuiu um valor recorde de US\$ 11 bilhões para a indústria musical em 2... ..	8
---	----------

Terra - Notícias

Quarta-feira, 28 de janeiro de 2026 | Direitos Autorais

O site que é alvo de processo trilionário do Spotify e de 3 gravadoras	9
---	----------

Quarta-feira, 28 de janeiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Uso de IA pelo jurídico amplia riscos e desafios legais	11
--	-----------

Quarta-feira, 28 de janeiro de 2026 | Propriedade Intelectual

O Napster agora está produzindo música com inteligência artificial - e continua cri... ..	13
--	-----------

Correio Braziliense - Online

Quinta-feira, 29 de janeiro de 2026 | ABPI | Câmara de Arbitragem

Arbitragem em tempos de algoritmos	16
---	-----------

O Globo Online

Quarta-feira, 28 de janeiro de 2026 | Pirataria | Biopirataria

Brasil tenta defender açaí da Amazônia contra 'biopirataria'; entenda	18
--	-----------

IstoÉ Online

Quarta-feira, 28 de janeiro de 2026 | Direitos Autorais

UE busca proteger artistas e meios de comunicação diante da IA generativa	20
--	-----------

Sebrae Notícias

Quarta-feira, 28 de janeiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Número de Indicações Geográficas (IGs) cresce em cinco anos	21
--	-----------

Essa só o Bahia pode usar



Justiça afasta princípio da especialidade para registro de marca

crédito: Arte Thales Paiva/Galo da Madrugada e

Citamos na nossa última coluna o caso da disputa entre o Mineiro e o bloco de carnaval Galo da Madrugada. Como vimos, o clube alvinegro pretendia anular o registro da marca Galo Folia concedido à associação carnavalesca, mas seu pedido foi negado pela Justiça Federal do Rio de Janeiro. Para a juíza do caso, embora registradas na mesma classe (41) no **INPI**, as marcas referem-se a atividades diferentes, o que afasta a possibilidade de confusão entre os consumidores dos serviços relacionados a elas.

Em regra, marcas idênticas ou similares podem coexistir se identificarem produtos ou serviços distintos. As classes de marcas servem, exatamente, para definir esses limites de coexistência. Estão ligadas ao chamado princípio da especialidade.

Podemos dizer que a decisão envolvendo a marca "Galo Folia" relativizou, em certa medida, esse princípio, já que, diante de outros fundamentos e circunstâncias, permitiu o registro de marcas semelhantes em uma mesma classe.

Pois "o contrário" também pode acontecer. É possível que a Justiça impeça a existência de marcas semelhantes ou idênticas, ainda que em classes diferentes. Foi o que ocorreu em um caso envolvendo outro clube de futebol da Série A, o Bahia.



Já há alguns anos que seus torcedores, para incentivar a equipe, usam o grito de guerra "Bora Bahêa Minha Porra", que acabou ficando conhecido pela sigla "BBMP" e virou uma marca registrada. Literalmente, pois o clube obteve o registro dela perante o **INPI**.

O registro do Bahia ocorreu na classe 41, que, como já vimos, refere-se a entretenimento, atividades esportivas, entre outras. Após o registro do tricolor baiano, uma empresa de materiais esportivos registrou a mesma marca "BBMP" na classe 35, que se refere ao comércio de vestuário esportivo. Ambas são nominativas, ou seja, tratam-se de registros somente do termo, sem cores, logotipos ou sinais.

Pois o Bahia requereu a nulidade desse registro e teve seu pedido acolhido pela Justiça Federal da Bahia.

Para a juíza da 11ª Vara Federal, neste caso, o princípio da especialidade deve ser afastado para evitar confusão, associação indevida e aproveitamento parasitário. Ela destacou que a simples distinção formal entre classes da Classificação de Produtos e Serviços de Nice não é suficiente para legitimar a coexistência de marcas nominativas idênticas, pois o signo BBMP possui forte caráter distintivo; o público-alvo é coincidente; e a associação entre a marca e o titular originário (Bahia) é direta, imedia-

ta e inevitável.

A decisão chama a atenção porque, em regra, somente "as marcas de alto renome" têm esse nível de proteção. Apesar da boa fundamentação apresentada, ela não deixa de colocar em xeque o sistema de registro de marcas. Para impedir o registro e o uso da marca por terceiros, o Bahia deveria ter buscado o registro dela na classe 35 ou pedir seu reconhecimento como marca de alto renome.

O autor desta coluna é advogado, especialista e mestre em Direito Empresarial, sócio do escritório Ribeiro Rodrigues Advocacia. Sugestões e dúvidas podem ser enviadas para lfelipeadvrr@gmail.com.

As opiniões expressas neste texto são de responsabilidade exclusiva do(a) autor(a) e não refletem, necessariamente, o posicionamento e a visão do Estado de Minas sobre o tema.

O acordo Mercosul-UE e os efeitos sobre o 'parmesão' brasileiro



Proteção reforçada a indicações geográficas, com listas de nomes, exceções e prazos, deve exigir ajustes de rotulagem e estratégia

Após 25 anos de tratativas, em 09/01/2026, o Conselho da União Europeia autorizou a assinatura do Acordo de Parceria União Europeia-Mercosul (EMPA)[1] e do Acordo de Comércio Interino (iTA)[2], celebrados entre a União Europeia (UE) e o Mercosul, os quais foram assinados em 17/01/2026, em Assunção, Paraguai[3].

Enquanto o EMPA abrange os pilares de diálogo político, cooperação e comércio, o iTA cobre integralmente o pilar comercial e vigora de forma interina até sua substituição pelo EMPA.

Ambos ainda dependem do consentimento do Parlamento Europeu, sendo que o EMPA também está sujeito à ratificação pelos Estados Membros da UE[4], bem como de validação interna pelos países do Mercosul.

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

Dentre as diversas previsões que aproximam as Partes, destaca-se a atenção dada à proteção mútua da **Propriedade Intelectual**, em especial sobre as Indicações Geográficas (IGs) de cada região.

Vale notar que tanto o iTA quanto o pilar comercial do EMPA contêm capítulos específicos de **Propriedade Intelectual** que reconhecem e protegem IGs em nível comparável ao padrão da UE, com listas e anexos que detalham nomes protegidos, regras apli-

cáveis a usuários anteriores e períodos de transição, elementos centrais para a adaptação do mercado brasileiro.

Os anexos dos Acordos preveem o reconhecimento mútuo de centenas de Indicações Geográficas europeias no Mercosul e de IGs do Mercosul na União Europeia, ampliando significativamente o alcance da proteção transnacional desses sinais distintivos[5].

Nesse contexto, destaca-se a possibilidade de reconhecimento de proteção de indicações geográficas relativas a produtos não agrícolas, nos termos do art. 13.34 (5) do iTA, como é o caso da indicação geográfica brasileira de Franca, aplicada a calçados[6].

As IGs listadas serão protegidas mesmo diante da existência de registros marcários no anteriores que tenham sido requeridos em boa-fé antes da entrada em vigor do Acordo.

Nestes casos, nem a marca nem a IG poderão ser utilizadas de forma a confundir o consumidor quanto à natureza dos direitos de PI em questão, conforme o art. 13.35 (2.d) do iTA.

O iTA também estabelece um regime de autorização excepcional para a continuidade de uso de termos locais utilizados relacionados a determinadas IGs do Anexo 13-B por usuários anteriores com atuação contínua e de boa-fé ao menos 5 anos antes da publicação das IGs no Brasil, especificamente elencados no Anexo 13-E[7], os quais terão 12 meses para cumprir algumas exigências de forma que (i) os produtos não contemplem referências às origens genuínas das IGs europeias, (ii) os termos autorizados constem em fonte substancialmente menor do que a marca, e (iii) os produtos sejam diferenciados quanto à sua origem. Tal regime de autorização excepcional será aplicável, no Brasil, em relação aos seguintes termos:

"Parmesão": em coexistência com a IG para Parmigiano Reggiano;

"Genebra": em coexistência com a IG para Genièvre, Jenever ou Genever;

Steinhäger;

Fontina;

Gruyère ou "Gruyere";

"Grana": em coexistência com a IG para Grana Padano; e

Gorgonzola.

O Anexo 13-B também elenca IGs sobre as quais serão aplicados períodos de transição para cessação de uso de termos idênticos ou locais associados às IGs, por qual qualquer pessoa que tenha utilizado a expressão de forma contínua para os mesmos produtos ou produtos semelhantes, desde que a expressão seja acompanhada da indicação da origem geográfica do produto de forma legível e visível.

No Brasil, os nomes que passarão por tal período de transição são:

5 anos: Münchener Bier (cerveja), Comté (queijos), Pont-l'Évêque (queijos), Reblochon/Rebleusson (queijos), Saint-Marcellin (queijos), "Margot" (vinhos; IG Margaux), Asiago (queijos), Taleggio (queijos), Tokaj/Tokaji ou "Tocai" (vinhos).

7 anos: Feta (queijos), Roquefort (queijos), "Bordô" (vinhos; IG Bordeaux), "Conhaque" (bebida espirituosa; IG Cognac), "Presunto tipo Parma" (carne, peixe e suas preparações; IG Prosciutto di Parma), "Método Asti" (vinhos; IG Asti), Grappa ou "Grapa" (bebidas espirituosas).

10 anos: Champagne, "Champaña", "Método/Méthode Champenoise" (vinhos), "Mortadela Bologna" ou "Mortadela tipo Bologna" (carne, peixe e suas preparações; IG Mortadella Bologna), Prosecco ou "Proseco" (vinhos).

O iTA, em seu artigo 13.35 (1.e), também prevê a proibição do uso da IG em relação a produtos não originados no local indicado ainda que sua origem verdadeira seja disponibilizada ou esteja acompanhada de expressões como "tipo", "estilo", "imitação" ou semelhantes.

As proibições de aproximação, autorizações de uso e estabelecimento de períodos de transição buscam gerenciar o uso dos termos protegidos, ou semelhantes, minimizando os riscos de que sejam percebidos como comuns nas regiões, em especial no Mercosul.

A partir da entrada em vigor dos Acordos, serão necessárias diversas mudanças em embalagens de produtos. É importante, ainda, que as empresas com atuação nos mercados afetados conduzam ações publicitárias educativas aos seus consumidores.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

Isso porque, a título exemplificativo, enquanto o uso do termo "parmesão" ainda será admitido, de forma excepcional e sob condições específicas, a denominação Roquefort passará, em alguns anos, a identificar exclusivamente queijos de origem francesa. Nesse contexto, os consumidores precisarão se adaptar gradualmente a reconhecer os produtos desejados sem o apoio de referências comparativas a Indicações Geográficas protegidas.

Esses esforços pela União Europeia e pelo Mercosul reiteram a importância de uma política de proteção da **Propriedade Intelectual** como forma de promover inovação e criatividade, tal como previsto nos objetivos gerais dos Acordos, estimulando os titulares a buscarem a proteção de suas IGs.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj6w7g61g0no>

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2026/01/10/o-que-falta-para-entrar-em-vigor-o-acordo-comercial-entre-mercosul-ue.htm>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-01/entenda-em-13-pontos-o-acordo-mercosul-ue>

[1] <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-12450-2025-INIT/en/pdf> Acesso em 13/01/2026

[2] <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-12419-2025-INIT/en/pdf> Acesso em 13/01/2026

[3] <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2026/01/17/speech-by-president-antonio-costa-at-the-signing-ceremony-of-the-eu-mercosur-agreements/> Acesso em 19/01/2026

[4] <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2026/01/09/eu-mercosur-council-greenlights-signature-of-the-comprehensive-partnership-and-trade-agreement/> Acesso em 13/01/2026

[5] <https://circabc.europa.eu/ui/group/09242a36-a438-40fd-a7af-fe32e36cbd0e/library/f582effd-2494->

4f8f-961e-1664a1696d39/details Acesso em
12/01/2026

[6] <https://circabc.europa.eu/ui/group/09242a36-a438-40fd-a7af-fe32e36cbd0e/library/aadff34e-7017-43ce-a85a-6ae9f007bcc5/details> Acesso em
13/01/2026

[7] <https://circabc.europa.eu/ui/group/09242a36-a438-40fd-a7af-fe32e36cbd0e/library/526f8e41-3167-4ffd-85a3-5a06d0677a06/details> Acesso em
13/01/2026

Spotify distribuiu um valor recorde de US\$ 11 bilhões para a indústria musical em 2025



O Spotify (NYSE:SPOT) afirmou ter pago mais de US\$ 11 bilhões a artistas, gravadoras e detentores de **direitos autorais** em 2025, marcando o maior pagamento anual já feito por uma única empresa de varejo para a indústria da música.

O grupo de streaming sueco afirmou em uma postagem em seu blog na quarta-feira que os pagamentos totais aumentaram em mais de 10% em comparação com 2024. Artistas e gravadoras independentes foram responsáveis por cerca de metade dos royalties distribuídos durante o ano, o que demonstra sua crescente presença na plataforma.

O Spotify tem intensificado seus esforços para manter artistas consagrados engajados e, ao mesmo tempo, atrair novos criadores, em um momento de crescente concorrência com rivais como YouTube e Apple no mercado global de streaming de música.

Para contextualizar, o YouTube divulgou em outubro que pagou mais de US\$ 8 bilhões à indústria musical ao longo dos 12 meses compreendidos entre julho de 2024 e junho de 2025.

"Como o Spotify repassa dois terços de toda a receita musical para a indústria - quase 70% do que arrecadamos - à medida que as receitas do Spotify crescem, os repasses para a indústria musical também aumentam", afirmou a empresa em uma postagem no blog.

O Spotify acrescentou que a parte restante de sua receita é reinvestida na plataforma para apoiar a expansão de formatos além da música, incluindo podcasts, conteúdo em vídeo e audiolivros.

A empresa aumentou recentemente os preços de seus planos de assinatura premium em diversas regiões, buscando melhorar a rentabilidade e capitalizar sua escala. O Spotify registrou 713 milhões de usuários ativos mensais ao final do terceiro trimestre.

O Spotify também é negociado na B3 por meio da BDR (BOV:S1PO34).

Este conteúdo é apenas para fins informativos e não constitui aconselhamento financeiro, de investimento ou de qualquer outra natureza profissional. Não deve ser considerado uma recomendação de compra ou venda de quaisquer valores mobiliários ou instrumentos financeiros. Todos os investimentos envolvem riscos, incluindo a potencial perda do principal. O desempenho passado não é indicativo de resultados futuros. Você deve conduzir sua própria pesquisa e consultar um consultor financeiro qualificado antes de tomar qualquer decisão de investimento. Algumas partes deste conteúdo podem ter sido geradas ou assistidas por ferramentas de inteligência artificial (IA) e revisadas por nossa equipe editorial para garantir precisão e qualidade.

Crédito da imagem: Canva

O site que é alvo de processo trilionário do Spotify e de 3 gravadoras



Ativistas são acusados de ter copiado metadados referentes a 99,9% do acervo do serviço e baixado 86 milhões de arquivos de áudio em dezembro

O Spotify, junto com as três maiores gravadoras do planeta - Universal Music Group, Warner Music Group e Sony Music Entertainment -, entrou com uma ação judicial contra o site Anna's Archive. A queixa alega que o portal roubou 86 milhões de arquivos de áudio do serviço de streaming para fins de **pirataria**, e pede indenização de US\$ 13 trilhões (cerca de R\$ 67 trilhões na cotação atual).

Os problemas começaram em 20 de dezembro de 2025, quando o blog oficial dos responsáveis pelo Anna's Archive fez um post intitulado "Backing Up Spotify" ("Fazendo backup do Spotify", em português). O texto descreve como um grupo de ativistas teria descoberto que podia baixar arquivos do Spotify em grande escala e decidido criar um acervo do serviço de streaming, no interesse de preservação.

Os 86 milhões de arquivos de áudio baixados representam cerca de apenas um terço das faixas disponíveis atualmente no Spotify. Entretanto, os autores do texto afirmaram que tais arquivos são responsáveis por 99,6% de reproduções no serviço.

Além disso, os ativistas também garantem ter adquirido cerca de 256 milhões de arquivos de metadados, 99,9% do acervo da plataforma de streaming. O Anna's Archive disponibilizou apenas os metadados para download inicialmente.

A nota do Spotify

Em resposta a essa revelação, o Spotify publicou uma nota oficial (via Billboard) na qual confirma o ocorrido. O serviço de streaming afirmou que já havia identificado as contas responsáveis pelo ato e as desativado:

"Spotify identificou e desativou as contas de usuários maliciosos que realizaram capturas ilícitas. Implementamos novas medidas de segurança para esse tipo de ataque anti-**direitos autorais** e estamos monitorando ativamente comportamentos suspeitos. Desde o primeiro dia, estamos ao lado da comunidade de artistas contra a **pirataria** e estamos trabalhando ativamente com nossos parceiros da indústria para proteger os criadores e defender seus direitos."

Segundo o site Music Business Worldwide, o Anna's Archive funciona a partir de doações dos seus usuários em troca de downloads mais rápidos e evitar listas de espera. Os valores vão entre US\$ 2 (R\$ 10,40) a US\$ 100 (R\$ 519,80) por mês, pagos com dinheiro, cartões presente ou até criptomoedas. A queixa argumenta que isso constitui um modelo de assinatura paga.

O processo foi iniciado no dia 26 de dezembro, com o Spotify e as gravadoras dando entrada em uma liminar para provedores desativarem acesso ao site em endereços diversos. Após os responsáveis pelo Anna's Archive não responderem a qualquer intimação judicial, o juiz concedeu o pedido no último dia 20 de janeiro.

O que é Anna's Archive

Fundado em 2022, Anna's Archive funciona como uma ferramenta de busca para bibliotecas ocultas na **internet**, após autoridades terem fechado portais que compartilhavam livros gratuitamente, como ZLibrary. Os responsáveis argumentam que não são responsáveis por qualquer violação de **direitos autorais** porque não são fonte primária dos arquivos, apenas fazem redirecionamento.

O site tem sido figura recorrente em processos envolvendo uso não autorizado de material protegido por **direitos autorais** no treinamento de inteligên-

Continuação: O site que é alvo de processo trilionário do Spotify e de 3 gravadoras

cia artificial. Tanto a Meta quando NVidia foram acusadas na Justiça de usar o Anna's Archive para baixar conteúdo pirateado com o objetivo de capacitar ferramentas de IA.

O Anna's Archive foi bloqueado na Itália, Holanda, Reino Unido, Alemanha e Bélgica por violações de

direitos autorais.

Uso de IA pelo jurídico amplia riscos e desafios legais



A adoção crescente de IA no setor jurídico tem ampliado a eficiência operacional das empresas, mas também traz à tona desafios complexos relacionados à segurança cibernética, à confiabilidade dos sistemas automatizados e à responsabilização jurídica. Em ambientes corporativos cada vez mais orientados por dados, o uso inadequado dessas tecnologias pode gerar riscos significativos

Apesar de o avanço da digitalização ampliar significativamente as possibilidades dentro das organizações, a modernização também impõe desafios relevantes associados ao uso de novas tecnologias. O volume crescente de informações processadas diariamente torna os ataques cibernéticos uma ameaça cada vez mais frequente. Soma-se a isso o risco de vazamento de dados e de práticas fraudulentas originadas internamente, fatores que exigem atenção constante das lideranças, especialmente em setores que lidam com informações sensíveis e estratégicas.

Segundo levantamento divulgado pela Deloitte, organizações de grande porte intensificaram a adoção de soluções de inteligência artificial em 67% nos últimos anos. O estudo também aponta que 45% das empresas já estão investigando ou utilizando aplicações de inteligência artificial generativa (GenAI).

Ainda assim, o relatório Deloitte's State of Generative AI in the Enterprise indica que a falta de confiança permanece como um dos principais entraves para a implementação e a escalabilidade dessas tecnologias.

Suelen Pandini Odorizzi, advogada especialista em Direito Digital e segurança cibernética, com

atuação internacional na estruturação de governança jurídica para tecnologias emergentes, alerta que o uso de ferramentas de IA não verificadas na elaboração de contratos e documentos oficiais expõe as empresas a riscos jurídicos relevantes.

À frente de projetos de compliance tecnológico e governança algorítmica em ambientes corporativos e institucionais, ela observa que soluções genéricas podem gerar conteúdos com informações inexistentes, como jurisprudência falsa, cláusulas ambíguas ou incompatíveis com a legislação vigente.

"A IA pode perpetuar ou até amplificar vieses presentes nos dados com os quais foi treinada, resultando em cláusulas discriminatórias ou desiguais, o que compromete a justiça e a equidade contratual", afirma.

A especialista também destaca que, por serem treinados com grandes volumes de dados, os modelos de IA podem gerar textos que, em tese, configurem plágio ou uso indevido de material protegido, abrindo espaço para disputas sobre autoria e titularidade. Esse risco, segundo Odorizzi, é particularmente crítico em operações transnacionais, nas quais regimes jurídicos distintos tratam de forma diversa a **propriedade intelectual** e a responsabilidade civil.

Além disso, a advogada alerta que contratos produzidos exclusivamente por IA tendem a ser genéricos, sem considerar o contexto operacional ou os objetivos estratégicos das partes, o que pode torná-los frágeis e pouco eficazes na prática - um problema recorrente identificado em auditorias jurídicas de sistemas automatizados conduzidas em ambientes corporativos de grande escala.

PublicidadeRiscos da automação sem auditoria

Suelen ressalta que automações sem mecanismos de auditoria comprometem diretamente o compliance e a governança documental, ao criarem riscos que se acumulam de forma silenciosa ao longo do tempo. Em sua atuação na avaliação jurídica de sistemas automatizados, ela observa que a ausência de controles estruturados pode gerar impactos jurídicos

cos relevantes e de difícil reversão.

Entre as principais preocupações estão a falta de transparência - o chamado efeito "caixa-preta" - , que dificulta a rastreabilidade e a responsabilização, além da inconsistência na aplicação de regras, gerando documentos desalinhados e dificultando a gestão centralizada de riscos.

Outro ponto crítico citado pela especialista é a erosão da governança documental. A automação sem controle pode levar à proliferação de documentos fora dos padrões internos, formando um ecossistema difícil de auditar, incompatível com práticas sólidas de governança e com exigências regulatórias nacionais e internacionais.

Nesse contexto, a advogada defende que a segurança cibernética deve caminhar junto ao compliance documental, com controle rigoroso de acesso às ferramentas de IA, políticas claras sobre o uso de dados, adoção de soluções seguras em ambientes privados e capacitação contínua das equipes quanto a riscos, segurança e privacidade - modelo de governança que vem sendo adotado em projetos estruturantes assessorados por Odorizzi.

Supervisão humana e responsabilização

Outro aspecto central destacado pela advogada é a necessidade de adotar uma abordagem em que a tecnologia atue como suporte, nunca como substituta. "A principal diretriz, conforme recomendação da OAB, é a supervisão humana qualificada, garantindo que todo conteúdo gerado por IA seja revisado por um profissional do direito", afirma.

Ela acrescenta que a adoção de soluções mais avançadas exige práticas estruturadas de auditoria e monitoramento, incluindo auditorias de algoritmos para mitigar vieses, manutenção de trilhas de audi-

toria e realização de testes e validações contínuas - procedimentos que integram modelos de governança jurídica de IA aplicados em ambientes regulados.

Quanto à responsabilização por eventuais falhas, Suelen explica que ela recai sobre os agentes humanos e corporativos envolvidos, já que a IA não possui personalidade jurídica.

O modelo mais adotado é o de responsabilidade compartilhada, envolvendo a empresa usuária, o fornecedor da tecnologia e o operador humano. Enquanto o Projeto de Lei nº 2.338/2023 busca estabelecer regras específicas para o uso da IA no Brasil, atualmente a análise se baseia no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor.

LGPD como pilar inegociável

Ao tratar da redação de documentos, a advogada reforça que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é um elemento central e inegociável. Segundo ela, é fundamental que a empresa tenha base legal para o tratamento de dados pessoais, assegure a confidencialidade das informações inseridas - especialmente em ferramentas online ou gratuitas - , observe o direito à revisão de decisões automatizadas e respeite o princípio da necessidade.

Publicidade"A verdadeira inovação consiste em construir um sistema integrado no qual a tecnologia executa tarefas com eficiência, enquanto o profissional do direito se dedica ao pensamento estratégico, à negociação, à compreensão das nuances do cliente e ao exercício do julgamento ético", conclui.

O Napster agora está produzindo música com inteligência artificial - e continua criticando as grandes gravadoras



"Não acreditamos que o futuro da música ainda envolva as gravadoras", afirmou John Acunto, CEO do Napster, à Rolling Stone EUA

Três semanas após encerrar abruptamente seu serviço de streaming com poucos usuários, a atual versão do Napster está lançando um novo aplicativo de música com inteligência artificial - mesmo enquanto continua enfrentando um processo da Sony Music por supostos royalties não pagos. "Não acreditamos que o futuro da música ainda envolva as gravadoras", disse o CEO do

Napster,

John Acunto, a

Rolling Stone EUA. "Acho que elas simplesmente morreram."

O aplicativo

Napster, disponível hoje para iOS e Android, adiciona uma camada de chatbot com forte personalidade a um formato de geração de música baseado em comandos, que deve ser familiar para usuários de serviços como o Suno. A empresa se orgulha de ter mais de 15.000 personas de IA, todas alimentadas pelo

Gemini do Google, e espera que os consumidores vejam sua abordagem como uma "improvisação" com "artistas de IA". "O que estamos tentando fazer é criar uma experiência mais completa", diz

Edo Segal, CTO do

Napster. "A experiência humana de interagir com outras pessoas e um tipo de processo de criação em várias etapas, da mesma forma que humanos impro-

visam e criam coisas juntos." Em contraste com a postura desafiadora do

Napster original em relação às leis de **direitos autorais**, a empresa promete licenciar modelos de geração de música "treinados eticamente" e que respeitem os **direitos autorais**.

Para o

Napster, a música agora é apenas uma parte de uma operação muito maior. A marca foi adquirida em março passado por US\$ 207 milhões pela

Infinite Reality, uma empresa de metaverso e IA que, desde então, expandiu para novos territórios, incluindo um quiosque de concierge com IA chamado

PublicidadeStation e um display holográfico de US\$ 99, o

Napster View, que projeta os assistentes virtuais da empresa sobre um MacBook. O

Napster também incentiva os usuários a criarem um clone de si mesmos feito por IA e conversarem com ele por meio do Napster View; Segal afirma que, eventualmente, será possível usar seu clone digital como colaborador musical também.

O relançamento ocorre em meio a uma considerável turbulência para a empresa. Uma rodada de financiamento prometida de US\$ 3 bilhões fracassou no ano passado depois que o investidor aparentemente desapareceu; a empresa se descreveu como "vítima de má conduta" e afirma estar cooperando com as autoridades. Enquanto isso, em seu processo judicial, aberto em agosto, a

Sony Music alega o não pagamento de US\$ 9,2 milhões em royalties, afirmando que o

Napster continuou transmitindo o catálogo da Sony mesmo após o término de um contrato de licenciamento em junho de 2025. A

SoundExchange também processou a empresa por royalties, e pelo menos meia dúzia de outras gravadoras e distribuidoras reclamaram publicamente de pagamentos atrasados.

O CEO

John Acunto conversou com a

Rolling Stone EUA sobre o aplicativo, a situação da empresa e muito mais. (Esta conversa foi condensada para facilitar a leitura.)

Vocês têm planos de compensar as grandes gravadoras pelos royalties de streaming que lhes devem?

Quando adquirimos o

Napster, adquirimos todo tipo de problema, incluindo os relacionamentos com as grandes gravadoras. Em algum momento, buscaremos reparar esses relacionamentos. Mas acho que as grandes gravadoras têm sido um obstáculo e um problema para que as pessoas sejam donas de seu conteúdo, de seus dados, e acho que elas continuam sendo um obstáculo. Então, simplesmente não temos interesse em manter um relacionamento com elas. Não acreditamos que o futuro da música envolva mais as gravadoras.

Lamento dizer isso, porque os problemas que temos com as gravadoras começaram com a aquisição. Mas não vejo nada que me indique que as grandes gravadoras queiram fazer outra coisa senão controlar e usar dados que não são realmente de sua criação. O modelo antigo de gravadora está morto. Acho que vimos isso com o TikTok e outras plataformas de distribuição - Instagram - que estão fazendo um trabalho muito melhor em distribuir e divulgar música para o público do que as gravadoras jamais conseguiram nesta nova era digital. Simplesmente acho que elas estão mortas.

Publicidade

Na nossa plataforma, quando você cria a música por conta própria, você é o dono do que criou. As grandes gravadoras estão fora desse jogo há muito tempo. Elas só escolhem a dedo artistas para explorar, francamente. O que elas oferecem, não é? Além do que sobrou do rádio. Você vai conseguir um contrato com a Target? Vai vender alguns álbuns?

Qual será o papel da música no Napster daqui para frente? Que porcentagem do tempo e da energia da empresa será dedicada à música, em comparação com todas as outras coisas em que vocês estão trabalhando?

Eu diria que a música é uma parte importante porque faz parte da nossa cultura. Nós realmente vemos a música como uma forma essencial de nos

conectarmos com o público ao redor do mundo.

Mas algo como o Napster View ou o Station - isso não é um produto musical.

Não é um produto musical. Não, de jeito nenhum. E muitos dos nossos produtos não são produtos musicais.

Então, isso tem importância espiritual para a empresa, mas os produtos musicais diretos serão apenas uma das muitas abordagens, podemos dizer?

Podemos dizer que sim. É uma maneira de continuarmos a nos conectar com o público e apresentar a música a diversas comunidades globalmente.

Qual é o valor da marca Napster fora do universo da música?

Você se lembra do

Napster. Todos nós fazíamos parte daquele mundo. Se você se lembra, a essência do Napster era que eu comprava meu CD na loja com todas as 27 faixas - eu só queria uma, aliás - e depois eu o transferia para o meu computador e queria ter o direito de compartilhar as coisas que me pertenciam. Eu era o dono, eu comprei e sentia que tinha o direito de compartilhar. O

Napster estava tentando ajudar a proteger dados. A essência do nosso negócio é realmente proteger e preservar dados.

A pergunta que fazemos aos nossos clientes é: se você digitar algo no ChatGPT hoje, eles sabem tudo. Eles sabem quem você é. Eles sabem onde você trabalha. Você não é dono de nenhum dos dados que obtém para a pesquisa. Nosso princípio fundamental é que estamos construindo uma plataforma onde nossos clientes são donos dos dados, do conteúdo e da experiência.

Em um nível mais amplo de IA, a discussão que não está acontecendo é: ouvimos falar muito sobre o poder das máquinas, mas quem está empoderando os humanos? Se você não é dono dos dados, então você não é dono de nada como humanidade. Assim como o Napster [original], estamos tentando trazer essa discussão de volta. Porque se continuarmos simplesmente entregando tudo para as máquinas - compartilho da opinião de que essa exploração desenfreada da **propriedade intelectual** é repugnante. Essa destruição desenfreada por não se importar com a **propriedade intelectual** é repugnante. Deveríamos nos importar com o que as pessoas

Continuação: O Napster agora está produzindo música com inteligência artificial - e continua criticando as grandes gravadoras

possuem e como elas a possuem.

Esses grandes titãs esperam que nós abramos mão do nosso valor como seres humanos. E sim, somos os azarões, e sim, entendemos os desafios que enfrentamos, mas não há marca melhor para transmitir essa mesma mensagem do que a

NapsterPublicidade, que disse: "Ei, se eu compro um CD, coloco no meu computador (que é meu) e depois quero compartilhar com um amigo, por que não posso?"

Você tem alguma atualização sobre a situação do seu financiamento? Obviamente, houve um grande problema com um investidor que desistiu. Vocês estão solventes sem investimentos adicionais?

Não faremos nenhum comentário público sobre isso. O que posso dizer é que mantemos as declarações que fizemos, de que nos sentimos vítimas, e obviamente estamos trabalhando para resolver isso. Mas estamos muito ativos. Como vocês devem ter visto, ganhamos alguns prêmios na CES [pelo Napster View]. Acabamos de fazer um grande anúncio com a Lenovo no Oriente Médio. Continuamos executando e cumprindo o plano de negócios.

Você usou o termo "azarão". A Suno tem a vantagem de ser pioneira e uma base de usuários significativa, e fechou um acordo com a Warner. As gravadoras vão investir pesado na Suno e na Udio. Como competir?

Essa é uma jogada bem típica da IBM, não é? Vocês permitiram que as grandes gravadoras descobrissem como vão controlar os dados, controlar essas coisas. Isso é o oposto do que queremos. Eu quero que vocês - literalmente vocês - sejam donos dos seus dados, do conteúdo que criam. Não quero ficar vinculado a algum executivo que acha que vocês são bons só para poder oferecer um contrato ruim, para que vocês recebam um adiantamento que terão que devolver.

O que continuamos a ver é gente pegando modelos de negócio antigos e tentando adaptá-los a coisas novas, e não é assim que funciona. Não posso ter uma charrete num carro.

Seu aplicativo de música é centrado na interação dos usuários com personagens de IA. Por que você achou que esse era o caminho a seguir?

Não é

o caminho, é

um caminho. Trata-se de expressão criativa. E a quem pertence essa expressão? Trata-se de dar um rosto à sua criatividade. Há muito tempo existem aplicativos que permitem alterar a voz e usar o Auto-Tune. Agora você pode simplesmente sentar e deixar que outra pessoa dê vida aos seus pensamentos criativos. Você não precisa ser engenheiro de som. Não precisa de estúdio. Tudo se resume à expressão criativa.

Como humanidade, precisamos assumir a responsabilidade por nossas ideias e, em seguida, transformar essa responsabilidade em inovação. Se você me perguntar daqui a 20 anos: "John, qual é a coisa mais valiosa hoje?", eu responderei: dados. E você concordará. Então, quando começaremos a transmitir a mensagem de que os dados importam? Quando começaremos a transmitir a mensagem de que sua ideia é sua propriedade, que é sua **propriedade intelectual**? Essa é a mensagem que queremos transmitir usando a plataforma

Napster. Estamos sendo fiéis à marca.

+++ A ferramenta que gerou músicas de banda IA que virou febre no Spotify+++ Qual serviço de streaming musical paga melhor os artistas?

Arbitragem em tempos de algoritmos



"Em um cenário com disputas cada vez mais complexas e internacionalizadas, esse modelo ganhou protagonismo justamente por oferecer decisões qualificadas, construídas a partir de método, experiência e responsabilidade",

Por Luiz Cláudio Allemand* - A **arbitragem** consolidou-se, ao longo das últimas décadas, como um dos pilares da solução moderna de conflitos. Sua força reside na previsibilidade, na especialização dos árbitros e na confiança das partes em um procedimento técnico, eficiente e no sigilo.

Em um cenário com disputas cada vez mais complexas e internacionalizadas, esse modelo ganhou protagonismo justamente por oferecer decisões qualificadas, construídas a partir de método, experiência e responsabilidade.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Esse ambiente, no entanto, não está imune às transformações do nosso tempo. A Quarta Revolução Industrial, marcada pela circulação intensa de informações e pela aceleração dos processos decisórios, também alcançou a **arbitragem**, auxiliando na gestão dos procedimentos, na pesquisa, na análise das provas, na redação de documentos da secretaria de uma **Câmara de Arbitragem**, na tradução e transcrição de documentos, bem como na transcrição das audiências.

Esses recursos contribuem para reduzir custos e otimizar etapas do processo, sem dúvida alguma, com

ganhos relevantes de tempo em um ambiente econômico, globalizado e altamente competitivo.

O ponto de atenção surge quando eficiência passa a ser confundida com substituição da função do julgador. A **arbitragem** se distingue justamente por permitir decisões formuladas por especialistas, atentos às particularidades técnicas, jurídicas e econômicas de cada controvérsia.

Essa preocupação é concreta. A dificuldade está em garantir transparência dos algoritmos e auditabilidade, somada à possibilidade de reprodução de vieses presentes nos dados utilizados, comprometendo a **arbitragem** no que lhe é mais essencial: a imparcialidade e independência do árbitro.

Quando o caminho até o resultado se torna opaco, a confiança - ativo essencial da **arbitragem** - começa a se fragilizar. Por isso, a incorporação da inteligência artificial na **arbitragem** exige critérios claros e balizas normativas consistentes. Iniciativas internacionais, como os Princípios de Asilomar, oferecem referências importantes ao defender transparência, responsabilidade, possibilidade de auditoria e controle humano. A proposta não é conter a inovação, mas assegurar que a tecnologia atue como ferramenta de apoio, e não como instância decisória invisível.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Nesse contexto de busca por equilíbrio entre inovação e preservação das garantias fundamentais da **arbitragem**, algumas experiências internacionais ajudam a iluminar caminhos possíveis. A China, por exemplo, tem se destacado por uma postura judicial "pro-**arbitragem**" e um processo de modernização legislativa que busca assegurar, em especial, o direito de as partes convencionarem sobre o uso da inteligência artificial, que deverá atuar como uma ferramenta auxiliar e não poderá substituir a função do árbitro.

Esse debate ultrapassa o círculo dos especialistas e alcança a sociedade como um todo. Decisões arbitrais influenciam contratos, investimentos, cadeias

produtivas e relações econômicas sensíveis. À medida que tecnologias inteligentes passam a integrar esses procedimentos, a questão central deixa de ser apenas o desempenho das ferramentas e passa a ser a preservação da segurança jurídica e da confiança no sistema.

A inteligência artificial não elimina a necessidade de decisão; ela a torna mais exigente. No fim, em um cenário no qual algoritmos participam cada vez mais dos procedimentos de tomada de decisão, a pergunta que dá título a este debate permanece atual e decisiva: quem vai auditar os algoritmos?

A resposta a essa questão definirá se a **arbitragem** seguirá sendo um espaço de confiança, previsibilidade e responsabilidade ou se caminhará para zonas de opacidade incompatíveis com sua própria razão de existir.

Advogado, mestre em direito, diretor jurídico da Fiesp, membro do conselho superior de direito da Fecomercio-SP e presidente da **Câmara de Mediação e Arbitragem** da Federação das Indústrias do Espírito Santo*

Direito e Justiça PGR defende que feminicídio da cabo Maria de Lourdes seja julgado pelo Tribunal do Júri Direito e Justiça Visão do Direito: O "Descongelamento", a recomposição dos direitos dos servidores, avanços, limites e desafios jurídicos Direito e Justiça Visão do Direito: A ameaça silenciosa à estabilidade contratual no Brasil Direito e Justiça Visão do Direito: Abandono afetivo parental pode ser indenizável

Opinião

Brasil tenta defender açaí da Amazônia contra 'biopirataria'; entenda



Fruto ganhou popularidade no mundo no começo dos anos 2000, reinventado como sobremesa gelada, coberto com granola e banana, e promovido por ser rico em antioxidantes

O Brasil declarou o açaí um dos frutos nacionais, com o objetivo de reafirmar sua propriedade sobre esse "superalimento" e frear as empresas estrangeiras que buscam se apropriar das riquezas biológicas da Amazônia. Os habitantes da maior floresta tropical do mundo usam há séculos a polpa espessa do açaí para acompanhar seus pratos diários de peixe.

O fruto de cor roxa ganhou popularidade no mundo no começo dos anos 2000, após ser reinventado como sobremesa gelada - muitas vezes coberto com granola, banana e outras frutas - e promovido por ser rico em antioxidantes. Os ingredientes ativos do açaí atraíram o interesse de empresas de alimentos e cosméticos de todo o mundo.

Em 2003, uma companhia japonesa registrou o nome "açaí", e o Brasil levou quatro anos para cancelar essa patente. Casos como esse foram debatidos no Congresso Nacional durante a tramitação da lei que declarou o açaí um fruto nacional, apresentada pela primeira vez em 2011 e sancionada no começo do mês.

O Ministério da Agricultura disse à AFP que a medida ajuda a destacar o açaí como um "produto genuinamente brasileiro" que gera renda para milhares de famílias amazônicas. Mas especialistas apontam que a lei é em grande parte "simbólica" e

apenas evidencia o desafio representado pelo interesse internacional crescente em uma ampla gama de frutas endêmicas da Amazônia.

Tacacá, açaí, vatapá e tucupi: um roteiro gastronômico pelos pratos típicos de Belém do Pará

11 fotos

De barracas de rua ao tradicional mercado Ver-o-Peso, cidade tem em sua gastronomia uma verdadeira atração turística

O Brasil é um dos países que se preocupam com a **biopirataria**, o uso de **recursos genéticos** por terceiros sem a permissão das comunidades que os descobriram e a repartição de benefícios. A lei "ajuda a priorizar o tema na agenda pública", disse Bruno Kato, fundador da Horta da Terra, empresa que desenvolve e comercializa ingredientes amazônicos.

Grande risco

A lei "tem, sobretudo, um valor simbólico e de afirmação cultural", disse à AFP Sheila de Melo, analista de **propriedade intelectual** da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O Brasil é um dos países com maior **biodiversidade**, e uma ampla gama de frutos com propriedades únicas corre um grande risco de ser desenvolvida e patenteada no exterior, destacou Sheila.

A analista citou o caso emblemático do cupuaçu, uma fruta amazônica cremosa usada em sobremesas e cosméticos. No fim dos anos 1990, ele foi registrado como marca por uma empresa japonesa, que exigia o pagamento de US\$ 10.000 (cerca de R\$ 52 mil na cotação atual) de qualquer produto que mencionasse "cupuaçu" em seu rótulo. Duas décadas foram necessárias para reverter a marca. Outras empresas já registraram patentes no exterior de alimentos e cosméticos desenvolvidos a partir dos ingredientes ativos do açaí, alertou Sheila.

'Regras claras'

Ana Costa, vice-presidente de Sustentabilidade da Natura, gigante brasileira dos cosméticos conhecida por usar ingredientes amazônicos em seus produtos,

disse à AFP que a lei destacou a necessidade de "regras claras que garantam a repartição justa de benefícios ao longo da cadeia". O Brasil é signatário do Protocolo de Nagoia, um tratado internacional de 2014 sobre a repartição dos benefícios derivados do uso dos **recursos genéticos**.

O acordo enfrenta uma grande questão: atualmente, os dados genéticos podem ser baixados pela internet e usados no desenvolvimento de medicamentos ou cosméticos sem a necessidade de coleta física de plantas ou sementes.

Segundo Sheila de Melo, o principal desafio para o Brasil é que matérias-primas como a polpa de açaí

são exportadas com frequência para países que, posteriormente, realizam a pesquisa necessária para a criação de produtos derivados de qualidade. O Brasil deveria se concentrar em investir em pesquisa e desenvolvimento tecnológico na Amazônia, para gerar riqueza localmente, destacou a analista.

UE busca proteger artistas e meios de comunicação diante da IA generativa

Vários eurodeputados pediram, nesta quarta-feira (28), à União Europeia que proteja artistas, meios de comunicação e outros criadores diante das transformações provocadas pela inteligência artificial, considerando que qualquer uso de seus conteúdos deveria ser autorizado e remunerado.

Os integrantes da Comissão de Assuntos Jurídicos do Parlamento Europeu aprovaram, por 17 votos a favor e 3 contra, um relatório que defende maior proteção aos titulares de direitos na **internet**, diante do avanço das ferramentas de IA generativa.

Entre as recomendações aprovadas, os eurodeputados defendem que as normas europeias de **direitos autorais** se apliquem a todas as IAs generativas disponíveis na UE, independentemente do país ou dos países em que tenham sido desenvolvidas e treinadas.

Isso implica que os serviços de IA informem de forma clara os titulares de direitos quando utilizarem seus conteúdos e que lhes paguem uma "remuneração justa", sob pena de sanções em caso de descumprimento.

Os eurodeputados também pedem à Comissão Europeia e aos Estados-membros que adotem medidas

"para proteger o pluralismo dos meios de comunicação, ameaçado por sistemas de IA que agregam informações de maneira seletiva, desviando seu tráfego e suas receitas".

Segundo eles, isso passa por uma remuneração adequada e por controle total sobre o uso de seus conteúdos no treinamento das IAs e na agregação de dados, incluindo o direito de oposição.

O relatório será submetido à votação do plenário do Parlamento Europeu em março.

As condições em que os principais atores da inteligência artificial utilizam dados disponíveis na **internet**, incluindo conteúdos jornalísticos, para alimentar e treinar grandes modelos de IA generativa são alvo de inúmeros litígios nos Estados Unidos e na Europa.

A UE adotou, em 2024, uma lei sobre inteligência artificial que obriga os sistemas de IA a respeitar a legislação europeia de **direitos autorais**.

No entanto, o alcance desse princípio e, em especial, sua aplicação aos dados e conteúdos utilizados para treinar sistemas de IA generativa seguem incertos, segundo um estudo do Parlamento publicado no ano passado.

raz-fpo/jca/mab/mb/lm/aa

Número de Indicações Geográficas (IGs) cresce em cinco anos



No Pará, três produtos já conquistaram o selo com apoio do Sebrae. Reconhecimento fortalece pequenos produtores que buscam expansão de mercado

Por Com informações do Sebrae Nacional

Produtos que carregam o sabor do território, a história de quem produz e a identidade de uma região vêm ganhando cada vez mais reconhecimento no Brasil. Nos últimos cinco anos, o número de Indicações Geográficas (IGs) mais do que dobrou, revelando um movimento que une inovação, tradição e desenvolvimento econômico. Em 2020 os registros concedidos pelo **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)** somavam 73 certificações. No Pará, atualmente três produtos possuem os selos conquistados com apoio do Sebrae no Pará: a amêndoa de cacau de Tomé-Açu, a farinha de Bragança e o queijo do Marajó.

No ano passado, o país alcançou a marca de 150 IGs, a maioria nas regiões Sudeste e Sul. E no primeiro mês de 2026, o total subiu para 151 IGs nacionais, com a certificação das tortas de Carambeí (PR). Desde 2003, quando apenas uma IG era registrada no Brasil, o Sebrae atua para que, cada vez mais, pequenos negócios consigam o registro junto ao **INPI**. Somente no ano passado, aplicou 95 diagnósticos, com a identificação de 69 territórios com potencial positivo para serem reconhecidos como IG.

A certificação de Indicação Geográfica é concedida a produtos e serviços cuja qualidade, reputação ou características estão diretamente ligadas ao local de origem. A IG é dividida em duas espécies: Denomi-

nação de Origem (DO), que indica que as qualidades ou características de uma determinada área geográfica, incluídos os fatores naturais e humanos, influenciam exclusiva ou essencialmente um produto ou serviço; ou Indicação de Procedência (IP), que protege o nome geográfico que se tornou conhecido por conta de um produto ou serviço.

Pará

Na região nordeste paraense, o Cacau de Tomé-Açu foi o primeiro produto a ganhar o selo de IG no Estado, em 2019, com apoio do Sebrae no Pará. A entidade segue acompanhando o processo de produção por meio de capacitações e consultorias aos empresários locais. Também foi um dos responsáveis pela elaboração do diagnóstico base para a solicitação da Indicação Geográfica.

"O processo surgiu principalmente a partir de uma demanda do mercado, especialmente o mercado japonês, que buscava amêndoas de cacau com origem certificada. Diante dessa exigência, optou-se pela IG como uma ferramenta estratégica, capaz de proteger o produto e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade da amêndoa", explica o gerente regional do Sebrae na região do Capim, Fabiano Andrade.

Plantação de cacau em Tomé-Açu. Foto: Carlos Borges.

Fabiano conta que o processo foi ganhando forma com o tempo, até a conquista oficial da Indicação Geográfica. Após a conquista do selo, foram realizadas ações importantes como capacitações, aproximação com o mercado, e o fortalecimento da integração com o turismo local, especialmente por meio da Rota da Imigração Japonesa, em Tomé-Açu.

"Hoje, a IG não apenas agrega valor ao produto cacau, como também fortalece o sentimento de pertencimento da comunidade e o orgulho de produzir uma amêndoa de qualidade reconhecida. Além disso, o selo abriu novas oportunidades de mercado e contribuiu diretamente para o desenvolvimento de outros setores em Tomé-Açu, como a gastronomia e o turismo, mostrando que a IG é muito mais que

Continuação: Número de Indicações Geográficas (IGs) cresce em cinco anos

um certificado, é um vetor de desenvolvimento local e identidade regional", explica.

Além da IG do Cacau de Tomé-Açu, o Sebrae no Pará também apoiou a conquista da IG da farinha de Bragança e da IG do queijo do Marajó, ambas em 2021.

A coordenadora de Tecnologias Portadoras de Futuro do Sebrae Nacional, Hulda Giesbrecht, acredita que o ritmo de crescimento de IGs será estável e de 20% ao ano. Ela explica que a estruturação de uma IG demanda um tempo considerável, de pelo menos 18 meses, sem contar o tempo de análise no **INPI** que, atualmente, é de aproximadamente 12 meses. "Esse prazo é fundamental para a estrutura-

ção, mobilização dos produtores, construção da governança, consolidação de evidências e análises detalhadas do pedido de registro", explica.

Ainda de acordo com Hulda, em 2025, o Sebrae avançou muito no apoio às IGs quanto à consolidação da governança, implementação dos mecanismos de controle e preparação para ampliar acesso a mercados, como por exemplo, a realização de rodadas de negócios específicas e mentorias com especialistas internacionais em parceria com o programa AL Invest da União Europeia.

Índice remissivo de assuntos

ABPI Câmara de Arbitragem	14,15
ABPI Câmara de Mediação	14,15
Direitos Autorais	6,7,8,11,12,13,18
Inovação	16,17
Marco regulatório INPI	1,2,19,20
Pirataria Biopirataria	16,17
Propriedade Industrial	19,20
Propriedade Intelectual	3,4,5,9,10,11,12,13,16,17